

A arte de (re)memorar: entre a saúde e a população negra existe a Marcha Zumbi dos Palmares (1995)¹

Iverson Luan Ferreira Araújo²
Luiz Paulo Ribeiro³
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Para garantir direitos à saúde, a população negra estabeleceu marcos importantes de luta pela emancipação, por meio dos movimentos sociais e coletivos e da sua própria (re)existência no Brasil, como a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Igualdade e Vida, realizada em 1995, em Brasília-DF. Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar o *Jornal da Marcha* e o documentário realizado após o percurso do ato. Trata-se de uma pesquisa documental, a partir do documentário e do jornal. Com a análise, percebe-se o quanto a marcha foi transformadora das políticas na sociedade brasileira, o que inclui a temática de saúde, resultado de lutas históricas pela democratização e pela cidadania. O resgate da história, por meio de uma análise e do conhecimento do próprio passado, pode dar sentido a lutas e (re)existências do momento presente para a população negra brasileira, possibilitar outros caminhos e instaurar processos sociais para vivenciarmos um outro projeto de país, mais equânime, justo, democrático e com direitos fundamentais garantidos em todos os espaços ocupados pela população negra.

Palavras-chave: Marcha Zumbi dos Palmares; análise documental; emancipação; racismo.

ARAÚJO, Iverson Luan Ferreira; RIBEIRO, Luiz Paulo. A arte de (re)memorar: entre a saúde e a população negra existe a Marcha Zumbi dos Palmares (1995). *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (29): 89-108, maio a agosto de 2025. ISSN: 2358-5587

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Doutorando em Saúde Pública na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

³ Doutor em Educação, professor do Departamento de Ciências Aplicadas a Educação da UFMG.

The art of (re)memoring: between health and the black population there is the Zumbi dos Palmares March (1995)

Abstract: To guarantee health rights, the black population established important milestones in the struggle for emancipation, through social and collective movements and their own (re)existence in Brazil, such as the Zumbi dos Palmares March against Racism, for Equality and Life, held in 1995 in Brasília. Therefore, the objective of this article is to analyze the *Jornal da Marcha* and the documentary produced after the Zumbi dos Palmares March. This is a documentary research, based on the documentary and the newspaper. Based on the analysis, it is clear how much the march transformed policies in Brazilian society, including the theme of health, as a result of historical struggles for democratization and citizenship. The recovery of history, through analysis and knowledge of the past itself, can give meaning to the struggles and (re)existences of the present moment for the black Brazilian population, enabling other paths and establishing social processes to experience another project for the country, more equitable, fair, democratic and with fundamental rights guaranteed in all spaces occupied by the black population.

Keywords: Marcha Zumbi dos Palmares; document analysis; emancipation; racism.

El arte de (re)memorar: entre la salud y la población negra está la Marcha Zumbi dos Palmares (1995)

Resumen: Para garantizar los derechos de salud, la población negra marcó hitos importantes en la lucha por la emancipación, a través de movimientos sociales y colectivos y de su propia (re)existencia en Brasil, como la Marcha Zumbi dos Palmares contra el Racismo, por la Igualdad y la Vida, realizada en 1995 en Brasília. Por tanto, el objetivo de este artículo es analizar el *Jornal da Marcha* y el documental realizado tras la Marcha Zumbi dos Palmares. Se trata de una investigación documental, basada en el documental y el periódico. Del análisis se desprende cuánto la marcha transformó las políticas de la sociedad brasileña, incluida la cuestión de la salud, fruto de luchas históricas por la democratización y la ciudadanía. La recuperación de la historia, a través del análisis y del conocimiento del propio pasado, puede dar sentido a las luchas y (re)existencias del momento presente de la población negra brasileña, posibilitando otros caminos y estableciendo procesos sociales para vivir otro proyecto de país, más equitativo, justo, democrático y con derechos fundamentales garantizados en todos los espacios ocupados por la población negra.

Palabras clave: Marcha Zumbi dos Palmares; análisis de documentos; emancipación; racismo.

A população negra no Brasil convive com situações de discriminações, desigualdades, preconceitos, exclusões e vulnerabilidades desde os tempos do processo de colonização até os dias atuais (RIBEIRO; SLOB, 2021). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), esse estrato da população acumula os piores indicadores de condições de vida/doença/morte, evidenciados e reforçados pelos números da pandemia de covid-19, e foi o primeiro a ser atingido pelo retorno da fome e da extrema pobreza (SANTOS *et al.*, 2020).

Ainda de acordo com o IBGE (2022), no Brasil, mais de 112 milhões de pessoas se declaram pretas e pardas, ou seja, 55% da população do país é negra. Dessa forma, é importante dar atenção para essa população em todos os aspectos que permeiam a vida, levando em consideração a perspectiva étnico-racial relacionada aos impactos da construção social do racismo histórico no país e às condições sociodemográficas, de escolaridade, renda/trabalho, moradia, estilo de vida, violência e educação (BATISTA *et al.*, 2022). Ou seja, é importante promover a reflexão, de forma coletiva, sobre os processos de violência que o racismo acarreta para a população negra, considerando todos os setores da vida.

Para garantir direitos à saúde, durante esse longo período de desigualdade, a população negra estabeleceu marcos importantes de luta para a garantia de direitos e implementação de políticas emancipatórias, por meio dos movimentos sociais e coletivos e de sua própria (re)existência, como ao final da década de 1980, quando a Constituição Federal passou a caracterizar o racismo como crime inafiançável e imprescritível (GUIMARÃES, 2001; PIANA, 2009). Nesse mesmo período, por meio de um conjunto de atores e sujeitos sociais, surgiu a Reforma Sanitária e, por consequência, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que reforçou um novo modelo assistencial, com princípios e doutrinas próprios (Brasil, 1990).

Mesmo assim, os Movimentos Negros consideravam que as políticas ainda eram insuficientes e passaram a priorizar, em suas agendas, a análise das políticas públicas sob a ótica racial, ao promover as primeiras intervenções do Movimento de Mulheres Negras, com uma pauta que visava garantir direitos sexuais e reprodutivos (MAHER, 2005; PINTO e SOUZAS, 2002), bem como a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Igualdade e Vida, realizada em 1995 e que, posteriormente, serviu de conteúdo para um documentário (LEITÃO, 2012).

Para Carvalho (2006), os documentários têm seu processo histórico de construção no cinema e se configuram como uma produção audiovisual que mostra a realidade, ou seja, são produções de não-ficção. Ainda de acordo com a autora, os documentários abordam em profundidade a temática, podem reconstituir ou analisar assuntos contemporâneos de nosso mundo histórico, que passam a ser vistos por uma perspectiva crítica. Esses registros, segundo Nichols (2016), reúnem provas e as utilizam para construir uma perspectiva ou um argumento sobre o mundo, seja de forma poética ou retórica. Nesse sentido, Barros (2019) afirma

que documentários, jornais e fotografias são fontes históricas que trazem vestígios de ações e interferências dos seres humanos, e podem proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente.

Nesses contextos, a partir das perspectivas históricas, o processo de emancipação é denominado, neste trabalho, como algo socialmente coletivo, que está estreitamente ligado à liberdade, à luta de raça e ao surgimento de novas ações que superem aspectos do modelo vigente, com a ocupação de espaços sociológicos e a construção de políticas públicas (GOMES, 2017). Quando falamos da população negra e dos Movimentos Negros na saúde, não seria diferente, porque esses arranjos de luta e (re)existência exercem, até a contemporaneidade, influências sobre as condições de saúde a partir de ações que visam ao bem-estar da população negra (FAUSTINO, 2010). É por observância a essas questões que o objetivo desta produção é analisar o documentário e o jornal produzidos na Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995, considerando a luta do povo negro para a efetivação de políticas emancipatórias na saúde.

Percurso metodológico

O presente estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, ancorada na metodologia de pesquisa documental, um processo técnico e metodológico que pode ser construído a partir de documentos que trazem riquezas de informações e possibilitam maior ampliação da compreensão e a contextualização histórica e sociocultural de determinado fato (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009). Os documentos utilizados na análise e contextualização foram o documentário e o jornal da Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995. De acordo com Bauer e Gaskell (2021), existem três pontos importantes para a utilização de vídeos, filmes e fotografias como documentos de pesquisa. O primeiro é que a imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, porém poderoso, de ações temporais e acontecimentos reais, concretos e materiais. O segundo é que podem ser empregados como dados primários e o terceiro diz respeito à crescente influência dos meios de comunicação que, muitas vezes, dependem de elementos visuais.

O documentário, que possui 14 minutos e 39 segundos, traz músicas, imagens e informações em relação à marcha, e foi apresentado pela Ipê Vídeo, Produção e Comunicação e está disponível no Portal Geledés. A direção e o roteiro foram elaborados por Edna Cristina, com narração de Chico Sant'anna, direção de imagem de Renato Diehl, texto e edição de Roberto Menezes, edição de imagens de Wesley Zaremaré e pós-produção da Gala Vídeo, com participação do ator Robson Graia, com Mestre Paulão no atabaque e fotos de Carlos Moura. Contou com o apoio do Movimento Nacional Unificado do Distrito Federal (MNU-DF), da Companhia Energética de Brasília (CEB), da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), da Câmera 4 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de Gomes Carvalho Construções, do Ministério da Justiça (Secretaria de Direitos Humanos e Departamento de Direitos Humanos) e do Sindicato dos Jornalistas-DF.

Por sua vez, o jornal possui quatro folhas, foi construído, impresso e divulgado pela Executiva Nacional da Marcha. A escolha dos dois documentos se deu pelo fato de serem de livre acesso, além de serem produções construídas pelos próprios movimentos negros.

Seguindo as fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), o estudo consistiu na pré-análise do documentário e do jornal, tendo em vista sua leitura flutuante, pois, após serem assistido e lido mais de uma vez, tiveram o seu conteúdo integralmente transcrito. As imagens associadas às falas foram descritas durante o processo de transcrição, como recurso para a constituição das unidades de contexto. Embora os documentários possuam significativa pluralidade de códigos (linguístico, icônico e semiótico) e suportes nas mensagens veiculadas, é sabido que a análise de conteúdo conserva, como terreno privilegiado de análise, o código linguístico (BARDIN, 2016). Por isso, neste trabalho, exploramos a associação entre imagens, sons e falas ao longo de nossa retórica argumentativa, com utilização da linguagem escrita (SOUSA, 2020).

Após a leitura, buscou-se identificar e analisar os processos de luta e de (re)existência da população negra no momento da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995. Dessa forma, os textos provenientes da transcrição das falas de cada um dos documentos foram fragmentados em pequenos excertos e analisados de modo transversal, à luz de referenciais associados às áreas identificadas nos documentos em relação à população negra.

Entre o jornal e a TV: articulações da Marcha Zumbi dos Palmares

A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Igualdade e Vida ocorreu no dia 20 de novembro de 1995, em Brasília-DF e teve, como objetivo, segundo a capa do *Jornal da Marcha*, representada pela Figura 1, celebrar os 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares e evidenciar o que o Estado deveria fazer para a efetivação da garantia dos direitos da população negra no país (JORNAL DA MARCHA, 1995).

Figura 1 – Jornal da Marcha (São Paulo, outubro de 1995). Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (2023)



ARAÚJO, Ivison Luan Ferreira; RIBEIRO, Luiz Paulo.
A arte de (re)memorar

Como descrito no próprio jornal, ele traz aspectos importantes da luta do povo negro no Brasil e das articulações realizadas para a efetivação da marcha. As seguintes entidades foram responsáveis pelo movimento: Agentes de Pastoral Negros (APNs), Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab), Central de Movimentos Populares, Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Comunidades Negras Rurais, CUT, Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, MNU, Movimento pelas Reparações, Seminário Nacional de Universitários Negros (Senun), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Grupo de União e Consciência Negra (Grucon) (JORNAL DA MARCHA, 1995).

Segundo Rios (2012), a trajetória de mobilização teve seu ápice em 1990, com a criação do Memorial Zumbi dos Palmares, que renovou as energias utópicas dos ativistas negros e fortaleceu a identidade coletiva ancorada pela memória, o que culminou na marcha. O autor ainda ressalta que “os ativistas com experiência de realização de passeatas em seus estados passam a trabalhar por uma manifestação nacional, unificadora do movimento social já marcado por diversificadas e numerosas organizações” (RIOS, 2012: 51).

Para a garantia de direitos e a efetivação da marcha, houve ainda outras articulações com vários setores da sociedade, como o apoio da Conferência Interamericana pela Igualdade Racial, que ocorreu em Washington D.C., em 24 de agosto de 1995; do Encontro Nacional de Vereadores Contra o Racismo, que ocorreu em Salvador-BA, de 17 a 19 de agosto do mesmo ano, e deliberou que os parlamentares presentes deveriam se colocar à disposição para contribuir com sua organização; além de figuras importantes, como Florestan Fernandes e o Bispo Dom José Maria Pires (JORNAL DA MARCHA, 1995). De acordo com o jornal, o MNU realizou, nos dias 7, 8, 9 e 10 de setembro, seu 11º congresso, com a participação de 170 delegados, representando 10 estados da Federação. Os companheiros do MNU discutiram, prioritariamente, ações que contribuíssem para fortalecer a construção da marcha. Por sua vez, o Olodum antecipou o lançamento de seu novo disco, *As melhores do Olodum*, para o dia 19 de novembro, em Salvador-BA, para não prejudicar sua participação no ato da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, no dia 20 de novembro, e também contou com apoio sindicalista (JORNAL DA MARCHA, 1995).

Segundo Rios (2012: 57),

esse evento já acena para um elemento novo em relação às marchas anteriores. O apoio ao movimento negro parece ter crescido e se tornado mais explícito, composto por alianças diversas, como organizações de comunidades rurais, associações de trabalhadores, sindicatos e movimentos populares.

Na última página do jornal, está o *Manifesto Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela igualdade e a vida*, mas, antes disso, há uma foto da plenária do ato de lançamento da marcha, realizada em São Paulo, na Câmara de Vereadores, no dia 8 de julho de 1995, que traz, em sua essência, um processo de organização envolvendo várias pessoas e lideranças de movimentos sociais. Além disso, foi realizado um chamamento para o povo negro brasileiro e para as organizações descentralizadas para a efetivação da marcha, como no seguinte trecho: “não fique esperando: siga o apelo de sua própria consciência e crie um comitê de apoio à Marcha no seu bairro, na sua escola, no seu local de trabalho!” (JORNAL DA MARCHA, 1995).

De acordo com Pinheiro (2019), nesse período, surgiu a terceira fase da imprensa negra no Brasil inaugurada a partir da abertura política após o regime militar e que levou, como prioridade, a luta contra a discriminação racial, a reivindicação da negritude como algo positivo e contra a falsa democracia racial. Além disso, a miscigenação tornou-se uma inimiga e foi incentivada a construção de famílias negras para o enfrentamento ao “etnocídio” e ao “branqueamento”. Nesse mesmo caminho, forjou-se a luta das mulheres negras, que consolidou que o racismo é estruturante da sociedade, e não apenas algo individual.

Alguns dos principais jornais desse período foram: SINBA (1977), Africus (1982), Nizíngá (1984), no Rio de Janeiro; Jornegro (1978), O Saci (1978), Abertura (1978), Vis-sungo (1979), em São Paulo; Pixaim (1979), em São José dos Campos/SP; Quilombo (1980), em Piracicaba/SP; Nêgo (1981), em Salvador/BA; Tição (1977), no Rio Grande do Sul, além da revista Ébano (1980), em São Paulo. (DOMINGUES, 2008: 114)

Ainda segundo Pinheiro (2019), no período, a imprensa negra estava engajada nas lutas contra o racismo e eram organizações políticas ativamente, que iam ao encontro de aspectos e articulações encontrados no *Jornal da Marcha*. Inclusive, nas discussões pós-Marcha, surgiu, em 1995, o *Jornal Ìrohin*, que circulou entre 1996 e agosto de 2009. O *Ìrohin* reivindicava um projeto pedagógico ao criar referências negras a partir de uma comunicação que prezava a contra-hegemonia e a luta antirracista, principalmente no que concerne à luta por políticas institucionais que mudassem as condições de vida da população negra no Brasil, ou seja, a construção do *Jornal da Marcha* foi uma ferramenta intencionalizada para articular setores, organizações e sociedade civil, a fim de fortalecer, posteriormente, as garantias de direitos.

Além do jornal, houve articulações por meio da TV, com chamamentos para a marcha, como citado no quinto minuto do documentário: “ato público na Esplanada dos Ministérios. Concentração no grande circular a partir das 10 horas e a gente não vai esquecer, ninguém vai esquecer, o 20 de novembro de 1995”. Na Figura 2, está representado o chamamento feito na televisão.

Figura 2 – Anúncio televisivo. Fonte: Documentário *Marcha Zumbi dos Palmares* (1995)



Entre ruas, vielas, becos e avenidas: articulações da Marcha Zumbi dos Palmares

Aos 12 segundos, o documentário tem início com uma fala de ordem: “queremos escolas, queremos empregos”. É importante refletir sobre o contexto dessas palavras, pois a história do Brasil é permeada por estratégias racistas que desembocam na continuidade da supremacia branca e nas hierarquizações apoiadas pelo Estado (BENTO, 2022). Na educação, não seria diferente. Na Era Vargas, o discurso era o de que as culturas atrasadas (negras e indígenas) dificultavam a obra da educação, e era preciso que o Brasil se tornasse uma nação ideologicamente branca. Pregava-se um ensino acrítico, com a retirada de informações dos livros sobre a população negra e indígena. Além disso, ainda existia a impossibilidade naturalizada de a população negra exercer profissões como a medicina e a advocacia (SANTOS, 2022). De acordo com Gomes (2012: 735),

a educação é compreendida pelo Movimento Negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação.

Dessa forma, para os Movimentos Negros, a educação tem de ser emancipatória, crítica e possibilitar a ocupação de empregos para ascensão social da população negra. O documentário, entre 15 e 40 segundos, lança mais uma fala de ordem: “Palmares, Zumbi, assim eu resisti”. Logo após, o narrador traz o seguinte texto: “fomos trazidos da África como escravos para trabalhar para os donos de terra e de minas de ouro. Vendidos e tratados como animais, torturados e humilhados, sem direito a nada. Com a gente, só ficou a vontade de ser livre”.

Segundo Moura (2020), o quantitativo de escravizados na Colônia variava, porém é sabido que houve um aumento demográfico a cada ano. Como exemplo, podemos citar que, em 1583, havia 14 mil negros e, em 1798, a população escravizada era de 1 milhão e meio. Entre 1817 e 1818, havia 2 milhões de escravizados. Todo esse processo era permeado de violências do embarque até a permanência em território desconhecido, com falta de comida, tristeza profunda e suicídios constantes (SANTOS, 2022).

Além dos processos de violência e racismo, houve processos de organização por parte da população negra, como a resistência escrava mais notável na história da escravidão do Novo Mundo, o Quilombo Zumbi dos Palmares, transformado no maior quilombo na história da América portuguesa, dada a extensão territorial e a quantidade de escravizados fugitivos (MARQUESE, 2006). No entanto, a resistência não passou só pelo Quilombo de Zumbi dos Palmares e, em várias outras regiões, aconteciam revoltas e a formação de coletivos, como o Quilombo Quari-terê, entre 1740-1770, formado por indígenas fugidos e negros escravizados, com liderança de Tereza de Benguela (SANTOS, 2022).

No documentário, entre os 15 e 40 segundos, aparecem imagens, no fundo, de pessoas escravizadas. Logo depois, entre 41 e 57 segundos, há o “Canto 1”, do álbum *O canto dos escravos*, de 1982, que contém cantos ancestrais dos negros benguelas interpretados por Clementina de Jesus, Tia Doca e Geraldo Filme. De forma concomitante, aparecem imagens, ao fundo, de crianças e mulheres negras.

De acordo com Silva e Apontes (2020: 198), o “Canto II”, da obra *O canto dos escravos*, reforçou a transmissão de memória por meio do canto:

verificou-se que os cantos dos escravos – vissungos – podem ser vistos como uma forma de se conectar com o passado, uma forma de perpetuação de tradição e de transmissão de memórias, rastros/resíduos de um elemento identitário que foi ressignificado por escravizados e seus descendentes em território brasileiro. Dessa forma, é um registro também linguístico do pretoguês como uma das marcas da identidade brasileira que se tentou apagar através da lusitanização da fala do Brasil.

Nos dois minutos seguintes do documentário, o narrador apresenta alguns dados importantes para as reflexões sobre o processo histórico vivido pela população negra, como a resistência a partir dos quilombos:

fugimos pelas matas, subimos serras e, longe da opressão dos brancos, criamos os quilombos, conquista do negro livre. O mais importante foi o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, entre Alagoas e Pernambuco. Palmares durou 100 anos. E foi lá que viveu o Zumbi, herói do povo brasileiro. Zumbi viveu e morreu lutando pela nossa liberdade. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

Após esse reforço, o narrador traz outros elementos:

acabada a escravidão, por interesse econômico dos que mandavam no Brasil, os brancos criaram uma data oficial para comemorar a libertação dos negros, o 13 de maio, como se a nossa liberdade dependesse da assinatura de uma princesa branca. A situação do negro hoje prova que o 13 de maio é uma mentira imposta ao povo brasileiro. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

Dia 13 de maio foi um marco histórico, quando ocorreu a promulgação da Lei Áurea, de 1888, com o objetivo de extinguir a escravidão no Brasil, mas que reforçou um processo de marginalização da população negra (JACCOUD, 2008). Ou seja, as iniquidades ainda continuaram após sua assinatura até os dias atuais, como Souza (2020: 123) ressalta:

no âmbito do escravismo tardio e das transformações sociais decorrentes da modernização, a classe dominante, direcionadora da constituição do Estado nacional, instituiu uma série de medidas que foram fundamentais para a manutenção das relações de dominação anteriores, engessando as possibilidades de mudança social decorrentes da modernização. O que significou que os mesmos sujeitos dominantes mantivessem seu status, assim como negros e indígenas continuaram em condições de exploração e subordinação.

O narrador do documentário ainda acrescenta:

morre mais negro que branco nas mãos da polícia. Morre mais criança negra que branca nas mãos da polícia. Morre mais criança negra que branca antes de completar um ano de idade. Tem mais negro analfabeto. Tem mais negro fora da escola. Tem mais negro fora da universidade. E, na hora de trabalhar, tem mais negro que branco sobrevivendo com salário-mínimo. Discriminados e perseguidos, nossa liberdade nasce da luta de Zumbi. Por isso, o 20 de novembro, dia em que ele morreu, é o que vale para a gente. É o Dia Nacional da Consciência Negra. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

Diante do exposto e desses processos de desigualdades e iniquidades, enfocamos o que ocorreu no período da pandemia de covid-19. Segundo o estudo de Santos e Silva (2022), os índices de mortalidade provocados pela covid-19 se avolumaram significativamente entre negros e pobres, residentes das áreas periféricas, bem como das áreas rurais.

Existem estudos que comprovam que a população negra apresenta prevalências maiores, considerando enfermidades como hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, asma e doenças negligenciadas, como a tuberculose, entre várias outras (Brasil, 2017). Isso significa dizer que o recorte quanto à raça e à cor apresenta particularidades associadas ao racismo estrutural, institucional e ambiental, que aprofundam as ilações concernentes à raça e à classe no Brasil.

O documentário chega ao terceiro minuto com a fala:

o 20 de novembro de 1995 foi mais especial ainda. Fazia 300 anos da morte de Zumbi. O Movimento Negro decidiu comemorar com uma grande marcha em Brasília. Para mostrar o tamanho da indignação dos negros contra o mito da democracia racial no Brasil. Todas as denúncias já foram feitas. Era o momento de exigir ações concretas. Em todo o Brasil, o negro apostou no sucesso da Marcha. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

Segundo Silva (2017), a democracia racial é comumente chamada de “ideológica” ou “mito”, e se torna, na Era Vargas, um elemento estruturante da narrativa identitária nacional, uma articulação para a biopolítica de 1930 e a maneira como, no Brasil, as relações raciais passaram a ser interpretadas e vividas cotidianamente.

Enquanto, de forma institucional, no país, existia um discurso do mestiço e da mestiçagem como símbolo nacional e da “harmonia” racial, a população negra não tinha acesso à educação formal, havia restrições nos processos seletivos do serviço público, perseguições a coletivos e movimentos sociais, além de várias violências contra a população negra (PEREIRA, 2014; RECH, 2017; SANTOS, 2022). No quarto minuto do documentário, duas lideranças dos movimentos sociais negros abordam algumas dificuldades na organização da marcha, mas ressaltam a importância e a grandiosidade desse ato para o povo negro brasileiro.

Ana Lúcia Pereira, do movimento Agentes de Pastoral Negros do Estado de São Paulo, afirma: “havia estado que tinha pessoas para vir, mas não tinha ônibus, conforme os números iam crescendo, iam conseguindo mobilizar as pessoas e mais transporte”. Sueli Carneiro, do movimento Fórum de Mulheres Negras do Estado de São Paulo, relata que vieram participantes:

do Rio Grande do Sul, do Ceará, de 20 estados desse país, viajando nas condições mais absurdas, mais difíceis, mais insalubres. Teve delegação que viajou três, quatro dias, teve ônibus que quebrou. Houve uma delegação que chegou às sete horas da noite, no final do ato, mas chegou para marcar que veio, que está aqui, que está na luta, que está no processo. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

O documentário ainda apresenta falas de sujeitos que estavam na marcha, que teve a participação de cerca de 30 mil pessoas. Uma mulher negra conta: “não esperava que um dia viveria o suficiente para ver Brasília ocupada por nós”; enquanto um homem negro afirma:

acho que representa a coisa mais importante que está acontecendo hoje no país. O reconhecimento de que o grande herói brasileiro, o maior deles, é Zumbi de Palmares. A denúncia de que a comunidade negra não quer ser excluída e não quer excluir. Quer ter o direito ao trabalho, à igualdade, o direito à alegria e essa junção aqui dos vários movimentos da sociedade civil mostra porque é o que o povo está gritando. Por essa razão é que nós entendemos que não devemos parar. A partir de agora é que tem que dar mais novos passos. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

Antes das falas, o narrador reforça a quantidade de pessoas que ocuparam as ruas da capital do país: “Brasília ocupada por nós, 30 mil pessoas, na marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela cidadania e a vida”. A Figura 3 representa o ato.

Figura 3 – Marcha. Fonte: Documentário *Marcha Zumbi dos Palmares* (1995)



O documentário, no sexto minuto, continua trazendo imagens e falas de ordem da marcha, como: “queremos escolas, queremos emprego!”; “o negro também quer poder! O quê? O negro também quer poder!”; “a marcha não pode parar!”; “avança que não para o trânsito!”; “quem acha, quem acha, quem acha que violência racial?”; “Palmares. Zumbi, assim eu resisti!”; “Zumbi vive, racismo não!”; “a união dos negros, da raça”; “a gente está querendo mostrar que a lição de Zumbi, que é a comunhão com todos, tem uma marca que é negra e que tem que fazer esse país melhor”.

Nesse momento, o narrador fala: “tomamos conta da capital do Brasil com nossos ritmos, nossa alegria, nossa disposição de lutar. Cada um de nós, Zumbi dos Palmares”. Esse aspecto da resistência por meio da alegria e da cultura é uma marca da população negra. Uma dessas experiências de resistência por meio da cultura foi o Teatro Experimental Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento, que trouxe o debate racial com o objetivo de resgatar a cultura negro-africana, degradada e negada pela Colônia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. O TEN também formou atores e atrizes negros e viu surgir os bailes *black* e os blocos de afoxé, como o Ilê Aiyê (NASCIMENTO, 2004).

Entre o Legislativo e o Executivo: articulações da Marcha Zumbi dos Palmares

No sétimo minuto do documentário, existe uma transição da música de fundo *Andar com fé*, de Gilberto Gil. Depois, retomam o “Canto I” (*O canto dos escravos*) e o narrador fala: “caminhamos até o Congresso Nacional”. Ou seja, a marcha sai das ruas e vai em direção ao Poder Legislativo do Brasil. O narrador ainda reforça: “pela primeira vez na história do Brasil, uma sessão solene do Congresso para homenagear e ouvir os negros”. Ainda no sétimo minuto, o deputado Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores (PT-RS) traz a seguinte fala:

politicamente essa sessão mostrou a capacidade da comunidade negra e que ela está mobilizando em todo o país do exercício pleno na busca da sua identidade e da cidadania e que infelizmente a nós não é dado, é dizendo que nessa sessão também nós temos três projetos básicos, o primeiro é que se reescreva a história da comunidade afro-brasileira e, conseqüentemente, dos negros do nosso país; segundo, que seja assegurado aos remanescentes de quilombos a titularidade das terra e o terceiro, a indenização aos remanescentes de escravos por mais de 300 anos de trabalho escravo.

Segundo Rios (2012: 60),

além de maior abertura na sociedade civil, que gerou a possibilidade de assumir com-

promissos com demais movimentos, a Marcha dos 300 anos da Morte de Zumbi contava com uma abertura maior das estruturas estatais. Assim, esse evento logrou obter uma sessão solene no Congresso Nacional, onde o movimento tinha o apoio de alguns parlamentares, como Paulo Paim, deputado federal pelo PT-RS, que defendia as populações quilombolas, e fazia eco às campanhas políticas negras gaúchas.

O parlamentar colocou algumas questões importantes do processo histórico da luta dos Movimentos Negros. A Lei 10.639, que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica, foi promulgada em 2003 (Brasil 2003a) e se tornou um marco de equidade e justiça social. Dessa forma, contemplou o contexto plural da sociedade, e educou cidadãos que priorizam relações sociais baseadas no respeito e no fortalecimento da identidade e de direitos (PIVA, 2020). Em relação às titularidades, segundo Almeida e Nascimento (2022), existe uma vagarosidade excessiva, de modo que o processo de titulação é negligenciado e abandonado. Isso reforça que a política pública, como instrução para a prática, não é eficiente se não possuir mecanismos técnicos e políticos para que os objetivos sejam alcançados. Em relação às indenizações, atualmente, existe um pensamento de “reparação histórica” e um desses movimentos de reparação considera a efetivação das ações afirmativas, especificamente a política de cotas nas universidades (DOMINGUES, 2005).

Nesse momento, o documentário chega ao seu oitavo minuto e o narrador comunica: “não dá para segurar a indignação, quando se fala da situação do negro no Brasil”. Em seguida, Deise Benedito, do Geledés, coloca o seguinte: “a miséria fede, mas a impunidade fede muito mais”. Com isso, o parlamento fica de pé, bate palmas, Denise chora e, logo após, o narrador ressalta: “lá fora a multidão ocupava espaço, era mesmo o dia de negro em Brasília”. Temos também a fala da senadora do PT/RJ, Benedita da Silva: “nós queremos que esse Brasil mostre a sua cara negra e mostre sua cara com graça, que mostre sua cara com raça e que mostre também quem é a mulher brasileira, somos mulheres negras”. Camila Pitanga, atriz brasileira e mulher negra, também se pronuncia: “eu acredito que todos vocês estejam aqui é porque acreditam nisso e eu também acredito que é ser negro, eu acredito nisso e tenho orgulho disso”. Então, o narrador entra novamente e informa: “nossa festa entrou pela noite”. Assim, o documentário apresenta alguns shows que aconteceram após o ato.

No nono minuto, ocorre um grande momento da história e da luta do povo negro, pois, segundo o narrador,

após a sessão no congresso, lideranças se reúnem com o presidente da República do Brasil e, com isso, o governo cria um grupo de trabalho interministerial com a participação dos negros. Entre outras providências, o grupo vai combater com mais força o preconceito racial e desenvolver políticas de valorização do negro em todos os aspectos da cidadania. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

Logo após, Ivanir dos Santos, do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP-RJ), afirma que,

pela primeira vez na história do Brasil, o Estado brasileiro reconhece que é racista e que a sociedade é racista. Digo, isso levou inclusive o governo brasileiro pela primeira vez a instituir uma comissão interministerial para traçar políticas públicas para a população negra, isso foi um fato muito importante, que foi uma conquista da marcha. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

Na sequência, Jacira Silva, coordenadora do MNU/Brasília, argumenta: “não queremos integração e sim transformação, a nossa contribuição para esse país, nós já temos dado, agora queremos e exigimos retorno, respeito e dignidade”.

Hélio Silva Junior, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT-SP), complementa:

por exemplo, na área do trabalho, sabe-se muito bem que, nos processos de seleção e recrutamento, que definem a distribuição da massa de salário, existe a desigualdade entre negros e brancos, o que nós queremos é que o Estado passe a ter uma ação positiva, que o Estado deixe de se omitir e estabeleça legislação, normas e processos de fiscalização que assegurem que negros e brancos tenham iguais oportunidades. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

João Antônio Motta, da CUT-MG, reforça que foi selada

uma aliança importante entre o movimento sindical e o movimento negro, a partir da Marcha Zumbi pela vida, não dá mais para movimento sindical fechar os olhos na questão da luta contra o racismo na sociedade brasileira e, nesse sentido, a importância e a tendência é ampliar cada vez mais essa aliança, que os movimentos negros e seus militantes passem, a partir desse momento, a ocupar a discussão da questão da luta contra o racismo nas suas categorias, nos seus locais de trabalho, e passem também a participar efetivamente da vida sindical e das direções de seus sindicatos, pois, só assim, com a nossa participação efetiva, poderemos dar um largo passo para vencer a luta contra o racismo na sociedade brasileira. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

No 11º minuto do documentário, o Secretário Nacional da Marcha e do MNU-DF reafirma que

a Marcha Zumbi dos Palmares é a expressão do amadurecimento político das organizações negras, chegamos aqui após percorrermos um longo caminho e acreditamos que, a partir desse momento, a questão racial deixa de estar confinada ao cultural, onde o Estado intervém no Carnaval, liberando verba para os desfiles de bloco, o que a marcha veio exigir da representação política do Estado brasileiro é que o orçamento da União defina recursos explicitamente para superar as desigualdades raciais no campo da educação, da saúde, dos meios de comunicação e do emprego. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

Sueli Carneiro, do movimento Fórum de Mulheres Negras do Estado de São Paulo, retorna para colocar a última fala do documentário:

o sonho do Zumbi dos Palmares continua vivo em nós, que nós somos herdeiros da luta de Zumbi dos Palmares e que vamos construir uma sociedade que sonhamos, uma sociedade justa, igualitária, em que a diferença racial não seja mais tratada como inferioridade, mais sim com equivalência. (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995)

O documentário finaliza com música e alegria, com as canções do Bloco Ilê Aiyê, “Que bloco é esse” e “A voz de Zumbi”.

Promoção da saúde: articulações da Marcha Zumbi dos Palmares

Percebe-se que, após a Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, houve ganhos para a garantia de direitos da população negra, como informado no documentário. A partir dessa luta, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Valorização da População Negra, além de um subgrupo na área de saúde para a construção de políticas para essa população. Dessa forma, no ano seguinte, o GTI organizou uma mesa redonda sobre saúde da população negra, cujos principais resultados foram:

a) introdução do quesito cor nos sistemas de informação de mortalidade e de nascidos vivos;

b) elaboração da Resolução n.º 196/1996, que introduziu o recorte racial em toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos;

c) recomendação de implantação de uma política nacional de atenção às pessoas com anemia falciforme (Brasil, 2007).

O GTI era composto por representantes da sociedade civil ligados aos movimentos sociais, além de representantes dos Ministérios da Saúde, Educação, Justiça, Cultura, Esporte, Planejamento, Relações Exteriores e Trabalho (Brasil, 1995). É possível afirmar que o processo de construção do próprio grupo de trabalho, de certa forma, era participativo, porém, em 2019, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, revogou o GTI, por meio do Decreto n.º 10.087 (Brasil, 2019), o que trouxe retrocessos para a efetivação dos direitos já garantidos pela população negra.

Ainda considerando os processos de luta, foi efetivada a Lei n.º 10.678 (Brasil, 2003b), que criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e que foi, em 2019, vinculada ao antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), com o intuito de promover a articulação das políticas públicas voltadas para a população negra e para os povos e comunidades tradicionais, de forma transversal, de acordo com as especificidades dessa população (Brasil, 2021).

Além dos ganhos e retrocessos mencionados, em 2003, houve a instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do Decreto n.º 4.886 (Brasil, 2003c). Essa política foi instituída com o objetivo principal de reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, por meio da defesa de direitos, ações afirmativas e articulação temática entre raça e gênero. Respeitando os princípios da transversalidade, da descentralização e da gestão democrática, o decreto visou regulamentar as seguintes ações: a) implementação de modelo de gestão da política de promoção da igualdade racial; b) criação de rede de promoção da igualdade racial envolvendo diferentes entes federativos e organizações de defesa de direitos; c) fortalecimento institucional da promoção da igualdade racial; d) criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial; e) apoio às comunidades remanescentes de quilombos; e) incentivo ao protagonismo da juventude quilombola e celebração de acordos bilaterais com o Caribe, os países africanos e outros de alto contingente populacional de afrodescendentes (Brasil, 2003c).

A Lei 10.639 (Brasil, 2003a) foi outro avanço para os movimentos sociais e a população negra brasileira, pois tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, ao englobar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, e resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Tais conteúdos deveriam ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras, além de considerar, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (Brasil, 2003a).

Considerações finais

Este estudo permitiu que fosse possível compreender, após 30 anos, a organização da Marcha Zumbi dos Palmares e trazer aspectos relevantes de luta pela garantia de direitos para a população negra. A partir da análise, percebe-se o quanto é necessário que o povo negro prossiga na luta pela continuidade da construção de políticas públicas e sua efetivação, de forma assertiva, para a modificação da sociedade brasileira, por meio de políticas emancipatórias e rupturas ocasionadas pela luta.

O artigo teve por objetivo analisar o documentário e o jornal produzidos na Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, partindo da luta e articulação do povo negro para a efetivação de políticas emancipatórias na saúde. Foi possível refletir que avanços na saúde foram alcançados devido a um processo de séculos de lutas da população negra. Em 2023, avançamos mais uma vez, com a construção do primeiro Ministério de Igualdade Racial na história do país. Apesar dos retrocessos, observa-se que a população negra continua lutando pelas garantias de direitos e que o avanço ainda ocorre de forma lenta, com ataques que representam o não reconhecimento da herança escravocrata nas instituições e na história do Brasil.

Como limitações do estudo, destaca-se o fato de que se trata de um recorte histórico de apenas uma das ações importantes para a garantia de direitos. Dessa forma, é importante que outras pesquisas sobre atos e articulações dos Movimentos Negros para a efetivação de políticas públicas no Brasil sejam realizadas de forma mais aprofundada, focalizando, principalmente, a Marcha Zumbi dos Palmares +10 e a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

A construção de todos esses avanços é resultado da luta histórica pela democratização e pela cidadania encampada pelos movimentos sociais, em especial pela força dos movimentos negros. O resgate da história, por meio de uma análise e do conhecimento do próprio passado, pode dar sentido às lutas e (re)existências do momento presente para a população negra brasileira, possibilitar outros caminhos e instaurar processos sociais para vivenciarmos um outro projeto de país, mais equânime, justo, democrático e com direitos fundamentais garantidos em todos os espaços ocupados pela população negra.

Recebido em 29 de abril de 2024.

Aprovado em 27 de fevereiro de 2025.

Referências

- ALMEIDA, M. R. G.; NASCIMENTO, E. F. Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações. *Interações*, 23 (4): 945-58, 2022.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, J. D'A. *Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BATISTA, L. E.; SANTOS, P. A.; CRUZ, M. M.; SILVA, A.; PASSOS, S. C. S.; RIBEIRO, E. E.; TOMA, T. S.; BARRETO, J. O. M. Produção científica brasileira sobre saúde da população negra: revisão de escopo rápida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27 (10): 3849-60, 2022.
- BAUER, M.; GASKELL, G. "Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som." In: LOIZOS, P. (org.). *Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. pp. 137-155.
- BENTO, M. A. S. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL, Lei 10.678, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 de maio de 2003b.
- BRASIL. Casa Civil. Decreto 4.886, de 20 de novembro de 2003b. Dispõe sobre Instituir a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 de novembro de 2003c.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Declaração e programa de ação. In: III CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Durban: Organização das Nações Unidas, 2001.
- BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. *Guia de orientação para a criação e implementação de órgãos, conselhos e planos de promoção da igualdade racial*. Brasília: MIR, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 de setembro de 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996. Dispõe de aprovações das seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de outubro de 1996.

BRASIL. Secretaria Geral. Decreto n.º 10.087, de 5 de novembro de 2019. Dispõe sobre a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 de novembro de 2019.

BRASIL. Secretaria Geral. Decreto 3.531, de 20 de novembro de 1995. Dispõe sobre instituir Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 de novembro de 1995.

BRASIL. Secretaria Geral. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a alteração da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003a.

CARVALHO, M. O documentário e a prática jornalística. *PJ: Br: Jornalismo Brasileiro*, São Paulo, 7, s/p, 2006.

DOMINGUES, P. “Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil.” In: DOMINGUES, D.; GOMES, F. (orgs.). *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. pp. 99-125.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, 29, 164-76, ago. 2005.

FAUSTINO, D. M.; SPIASSI, A. L. Movimento negro, vulnerabilidade e saúde. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde*, 12 (2): 161-6, 2010.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação e Sociedade*, 33 (120): 727-44, set. 2012.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social*, 13 (2): 121-42, nov. 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População residente por cor ou raça segundo a situação do domicílio e os grupos de idade*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JACCOUD, L. “O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da Igualdade Racial”. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. 2. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. pp. 45-64.

JORNAL DA MARCHA. São Paulo: Sindicato dos Bancários/CUT/Executiva Nacional da Marcha Zumbi dos Palmares, outubro 1995.

LEITÃO, L. R. S. *Oportunidades políticas e repertórios de ação: o movimento negro e a luta de combate*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, 2012.

MAHER, C. M. *Nem tudo é estar fora: o movimento de mulheres negras e as articulações entre saúde e raça*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Unicamp, 2005.

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES. Direção: Edna Cristina. Brasília: Ipê, Vídeo Produção e Comunicação, 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marcha-zumbi-dos-palmares-1995/>.

MARQUESE, R. B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos CEBRAP*, 74: 107-123, 2006.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NASCIMENTO, A. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. *Estudos Avançados*, 18 (50): 209-24, abr. 2004.

NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. São Paulo: Papyrus, 2016.

PEREIRA, E. D. *Programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco: discursos de diplomatas e candidatos/as a diplomacia*. Tese (Doutorado em Psicologia Social), PUC-SP, 2014.

PIANA, M. C. *As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PINHEIRO, J. J. *Alma preta e afirmativa: experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFRB, 2019.

PINTO, E. A.; SOUZAS, R. Etnicidade e saúde da população negra no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 18 (5): 1144-5, 2002.

PIVA, C. T. M. A Lei 10.639/03 e suas implicações para o fortalecimento da identidade e de direitos dos afro-brasileiros. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 13, 5-14, jun. 2020.

RECH, R. *(Bio)políticas educacionais e eugenia nos tempos do ministro Gustavo Capanema (1934-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação), UNISC, 2017.

RIBEIRO, A. G. S.; SLOB, E. M. G. B. Produção científica sobre as políticas governamentais direcionadas à saúde da população negra. *Revista Bahiana de Saúde Pública*, 45 (4): 224-40, dez. 2021.

RIOS, F. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 85, 41-79, 2012.

SANTOS, F. B.; SILVA, S. L. B. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19. *Revista Direito e Práxis*, 13 (3): 1847-73, jul./set. 2022.

SANTOS, M. P. A.; NERY, J.S.; GOES, E.F.; SILVA, A.; SANTOS, A.B.S.; BATISTA, L.E.; ARAÚJO, E.M. População negra e covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, 34 (99): 225-44, ago. 2020.

SANTOS, Y. L. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1 (1): 43-58, jul. 2009.

SILVA, A. Q.; APONTES, S. A. O pretoguês e a ancestralidade africana no Brasil: uma análise de Canto II, da obra “O canto dos escravos”. *Revista Philologus*, 26 (78): 189-206, dez. 2020.

SILVA, M. L. População-sacer e democracia racial no Brasil. *Sociedade e Estado*, 32 (3): 593-620, set./dez. 2017.

SOUSA, J. C. Documentários científicos sobre o mundo natural no ensino de Biologia. *Ciência & Educação*, 26, e20002, abr. 2020.

SOUZA, C. L. S. *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. 1. ed. São Paulo: Hucitec: 2020.

VOLUME 13
NÚMERO 33
(SET./DEZ.2026)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

ÉTNOGRAFIA, ESCRITA DE SI
E ESCRITA ENTRE OS SEUS:
EXPERIMENTAÇÕES,
DESAFIOS
E POTENCIALIDADES

COORDENADORXS:

DR. DR. LEANDRO DE OLIVEIRA (UFMG)

DR. DR. FELIPE TUXÁ SOTTO MAIOR CRUZ (UFBA)

A Antropologia, desde sua institucionalização como disciplina, foi marcada por um viés coletivista/ objetivista, priorizando noções como cultura, sociedade, estrutura e totalidade em detrimento de uma atenção à subjetividade, ao "biográfico" e à experiência pessoal. Nos anos 1970 surgem etnografias em que a/o antropóloga/o se constrói como personagem ativa no texto, tanto na interação com interlocutores quanto em uma explicitação seletiva de aspectos de sua trajetória e vida pessoais (articulada a posicionamentos político-epistemológicos). Esta antropologia reflexiva é coetânea à formação de pesquisadoras/es oriundas/os de comunidades tradicionalmente estudadas por antropólogos/os, que também recorrem a uma escrita de si em suas etnografias, dando ênfase a pertencimentos coletivos mais que a um exame da própria interioridade. Tais abordagens, por vezes rotuladas em bloco como autoantropologia ou autoetnografia, já foram alvo de suspeição por seu suposto individualismo e por seu distanciamento do ideal cientificista clássico. Não obstante, contribuem para a crítica ao presente etnográfico e autoridade etnográfica, e a reflexão sobre aspectos ético-políticos da pesquisa - contribuindo, nos termos de Donna Haraway, para a proliferação de "saberes localizados". A recente e crescente ocupação de espaços acadêmicos por pessoas negras, indígenas, transexuais e outros grupos minoritários tem potencializado a produção de pesquisas etnográficas por pesquisadores vinculados a estes grupos e categorias, que não somente falam sobre suas próprias experiências e comunidades, mas também tem atuado ativamente na denúncia e visibilização da branquitude, da cisgeneridade e das formas de letalidade e epistemicídio que estas direta ou indiretamente promovem. O dossiê pretende, simultaneamente, oferecer espaço para estas perspectivas antropológicas emergentes e um panorama da produção afinada com estas problemáticas.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso